



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade da Usina Santa Izabel S/A, realizada na cidade de Novo Horizonte, no dia 26 de fevereiro de 2008.**

Realizou-se, no dia 26 de fevereiro de 2008, às 17 horas, na Sociedade Recreativa 1º de Maio, na Rua Carvalho Leme, 447, Novo Horizonte-SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação Industrial**”, de responsabilidade da Usina Santa Izabel S.A. (Proc. SMA 13.633/2007). Dando início aos trabalhos, a **Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto**, declarou que, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Toshio Toyota, Prefeito do Município de Novo Horizonte; José Roberto de Souza, Diretor de Esportes, Lazer e Turismo da Prefeitura do Município de Novo Horizonte; Sérgio Henrique Rezende Crivelaro, Assessor da Diretoria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte; Cristiano Milanez de Castro, Chefe de Divisão de Pecuária da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, e Elizabete de Lourdes Baleiro Teixeira Inácio, Diretora de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Novo Horizonte –, do Poder Legislativo –, nas pessoas do Excelentíssimo Senhores Cléber da Rosa Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte, e Amílcar Raphe, Vereador do Município de Novo Horizonte –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Senhores José Jorge Guimarães, Gerente Regional da Agência Ambiental de Araraquara; Nivaldo Fabem, Gerente da Divisão da Sabesp de Novo Horizonte; e do Segundo Sargento Edilson Crocco, vinculado à Polícia Ambiental –, das organizações da sociedade civil – nas pessoas de Roberto Santana, vinculado ao jornal “A Gazeta”; Roberto Galante, Presidente da Soreprima – Sociedade Recreativa 1º de Maio, e Joaquim Nelson Alves, representante da Novocana–Associação de Fornecedores de Cana de Novo Horizonte –, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação Industrial**”, de responsabilidade da Usina Santa Izabel S/A (Proc. SMA 13.633/2007). Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, a **Secretária-Executiva Adjunta do Consema** esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas, e compôs a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte a **geóloga Valéria** (...) representante do DAIA. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. **Alcides Luiz Graciano Jr.**, representante da Usina Santa Izabel, comentou que essa empresa estava promovendo alterações em seu parque industrial, que, visando sua modernização, promoveria a substituição de equipamentos com o intuito de ampliar sua capacidade industrial e de melhorar a geração de energia, e, como exigia a legislação ambiental, essa ampliação deveria ser objeto de licenciamento, o qual seguia determinado roteiro no qual se incluía: 1) a elaboração, por uma empresa especializada, do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório-EIA/RIMA, do qual deveriam constar, além dos dados sócio-econômicos e ambientais, aqueles que mostrarão como esse empreendimento afetará a vida das pessoas que moram em seu entorno; e 2) a realização dessa audiência, com a finalidade de ouvir a comunidade, e era esse procedimento que tinha início naquele momento. **Kleber de Rosa Moreira**, vinculado à empresa Ciclo Ambiental e Consultoria Técnica, apresentou, com detalhes, os estudos ambientais, dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento, aos impactos negativos e positivos que seriam causados e as medidas a serem implementadas para mitigar e/ou compensá-los. A **geóloga Valéria**, representante do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, esclareceu que o empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade da Usina Santa Izabel, estava sendo licenciado na perspectiva ambiental, motivo por que o DAIA estava analisando seu EIA/RIMA, o que constituía a primeira das três etapas desse licenciamento, culminando a primeira com a concessão da licença prévia, que reconhecia sua viabilidade ambiental, e as duas etapas subseqüentes, com a concessão das licenças de instalação e de operação, respectivamente, ocorrendo estas duas etapas na Regional da Cetesb mais próxima do Município de Novo Horizonte, e que, nessa fase atual, participavam o DAIA e outros órgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente, como o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais-DEPRN e a Cetesb. Esclareceu, também, que essa audiência pública era muito importante, porque era a oportunidade de se ouvir a comunidade que conviverá com o empreendimento, motivo por que representantes dos órgãos ligados ao licenciamento a ela compareciam para colher subsídios que os auxiliariam na análise da viabilidade ambiental desse empreendimento. Como não havia se inscrito nenhum representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema nem também nenhum representante nas entidades da sociedade civil, passou-se àquela em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. **João Emílio Buzzo**, depois de cumprimentar os empreendedores – os representantes do Grupo Graciano presentes na audiência –, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema, a representante do DAIA, geóloga Valéria, agradeceu ao Conselho Estadual do Meio Ambiente pelo honroso convite que fez ao Secretário de Estado da Casa Civil, Doutor Aluísio Nunes Ferreira Filho, que, não podendo comparecer,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

convocou sua assessoria para representá-lo, e ele, João Emílio Buzzo, como seu assessor para a região de São José do Rio Preto, Novo Horizonte e Catanduva, o representava nesta audiência. Teceu, a seguir, esses comentários: 1) que era testemunha do importante trabalho desenvolvido pelo Consema e pelos outros órgãos ambientais, entre os quais o DAIA; 2) que igualmente reconhecia a competência da empresa Ciclo Ambiental e Consultoria Técnica, como bem demonstrava a qualidade dos estudos ambientais realizados; 3) que reconhecia também o grande estímulo para o desenvolvimento da região dado pelo Grupo Graciano Nunes; 4) que o Secretário de Estado da Casa Civil, Doutor Aluísio Nunes Ferreira tinha um especial carinho por essa região, principalmente por ser filho de São José do Rio Preto, onde deu os primeiros passos de sua carreira política, juntamente com o atual Prefeito, Toshio Toyota, por quem nutria grande amizade, inclusive em virtude do trabalho ímpar que vem realizando na região; 5) que o Secretário de Estado da Casa Civil igualmente nutria uma amizade fraterna com a família Graciano, haja vista que, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da Unidade II da Usina Santa Izabel, em Mendonça, em setembro de 2004, esse Secretário esteve presente e, em seu pronunciamento, fez menção ao número de emprego e à geração de renda que aquele empreendimento geraria; 6) que Doutor Aluísio Nunes Ferreira Filho reconhecia a importância dessa região para o desenvolvimento não só do Estado de São Paulo, mas, também, do país como um todo; 7) que uma das vantagens do regime democrático era possibilitar que a sociedade tomasse conhecimento e opinasse sobre empreendimentos do porte deste, o que não deixava de ser trabalhoso, mas, mesmo assim, todo o empenho deveria ser feito para que as instituições democráticas cada vez mais se fortalecessem; 8) que era muito agradável participar de uma audiência como essa que tratava de um empreendimento muito sério, o que o levava a estabelecer uma correspondência entre o ponto de vista que o Secretário de Estado da Casa Civil emitiu em relação àquilo que a Unidade II do Grupo Santa Izabel, em Mendonça, gerará e o que esta ampliação, em Novo Horizonte, possibilitará, igualmente em relação à geração de renda e à criação de postos de trabalho; 9) que, por ter exercido o cargo de Prefeito de Novo Horizonte durante dois anos, tinha condições de reconhecer o desenvolvimento ocorrido ultimamente na região, ao comparar a receita do Município naquele período com a atual, o que tornava incontestável o salto de qualidade dado pela comunidade, o que o levava a afirmar que Novo Horizonte, que já havia se tornado um Município politicamente autônomo, igualmente se emancipara do ponto de vista financeiro; 10) que a preocupação do Grupo Graciano Nunes com a ecologia demonstrava, por si só, que não se tratava de uma empresa aventureira, mas, sim, comprometida com o desenvolvimento da região, motivo pelo qual fazia votos para que esse grupo se consolidasse mais ainda, gerando riqueza e emprego para a região e para o país, pois, como se sabia, o açúcar em breve se transformará em *commodities*, além da importância do aproveitamento da geração de energia que seu funcionamento possibilitará, e, que, ao desenvolver um trabalho nessas duas frentes, essa empresa era parceira do Programa Estratégico Etanol Verde, patrocinado pela Secretaria do Meio Ambiente. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. **Toshio Toyota, Prefeito do Município de Novo Horizonte**, depois de cumprimentar a todos os membros da Mesa de Trabalho, às autoridades e aos presentes, comentou: 1) que os números mostravam a pujança desse grupo de empreendedores, que muito contribuía para o desenvolvimento do Município, e que, a cada dia, mais se consolidava, gerando riqueza e emprego para a região e para o país; 2) que a geração de empregos era um aspecto muito importante e contava muito para a aceitação, pela sociedade, de determinados empreendimentos, como acontecia com este, cujo índice de aprovação pela comunidade era muito alto; 3) que cada um dos funcionários desse grupo tinha auto-suficiência financeira, e que, além disso, essa empresa era parceira de várias obras assistenciais; 4) que ela também realizava várias ações que diziam respeito à proteção do meio ambiente, despendendo esforço para a preservação de áreas de proteção permanente, participando de mutirões de plantio e concedendo outorga para utilização de poços de água existentes em sua propriedade, além de ser parceira do Município no trabalho de adequação das estradas rurais e na conservação do solo; 5) que, portanto, com esse projeto a empresa se mostrava altamente profissional, procurando atender todas as exigências legais; 6) que, sem dúvida, o Município ganhava muito com essa ampliação, que ocorrerá de forma sustentável, sendo este o motivo da expectativa que a população tem em relação a ela; 7) que recentemente foi criado um órgão na Prefeitura Municipal que tem como função cuidar do meio ambiente e é coordenado pela Senhora Elizabeth Ballero, que tem uma visão voltada para as ações que a SMA preconiza e que busca resolver os problemas ambientais existentes no Município, o que com certeza conseguirá. Passou-se à etapa das réplicas. Depois de **Alcides Luiz Graciano Jr.**, Diretor da Usina Santa Izabel, declarar que, mais uma vez, agradecia a presença de todos, convidou os presentes para fazer um pequeno lanche. A **Secretária-Executiva Adjunta do Consema** declarou que, como não foi feito nenhum questionamento, não havia necessidade de os representantes da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA mais uma vez se manifestarem. Depois de dar parabéns aos presentes pelo espírito democrático e ordeiro que acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos, a **Secretária-Executiva do Consema**, Cecília Martins Pinto, informou que todos tinham o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir da data dessa audiência, para encaminhar contribuição ao Consema para o aprimoramento desse projeto, se assim o desejarem, contribuição esta que será anexada ao processo para que os técnicos responsáveis pela análise do empreendimento incorporem-na ao projeto, se acharem necessário. Informou, ainda, que essa contribuição poderá ser encaminhada, via Correios, à Secretaria Executiva do Consema, ou protocolada diretamente nesse setor. Em seguida, agradeceu a presença e a participação de todos e declarou encerrados os trabalhos. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.